



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado de Sergipe

**COMISSÃO DO XIV CONCURSO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE
ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

- a) Constituição: conceito e classificação.
- b) Poder constituinte;
- c) Da integração, interpretação e aplicação das normas constitucionais;
- d) Controle de constitucionalidade;
- e) Constitucionalismo: a evolução das Constituições; as Constituições do Brasil; a Constituição Federal de 1988 e suas Emendas;
- f) Dos princípios fundamentais;
- g) Dos Direitos e garantias fundamentais;
- h) Da organização do Estado;
- i) Da organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário;
- j) Da defesa do Estado e das instituições democráticas;
- l) Da Seguridade Social.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

- a) Origem, objeto e conceito;
- b) Administração Pública;
- c) Regime Jurídico Administrativo: regimes jurídicos públicos e privados na administração pública; princípios da administração pública; poderes da administração pública;
- d) Serviços Públicos: conceito, classificação e princípios;
- e) Restrições à propriedade privada: conceito; modalidades; função social da propriedade; limitações administrativas; ocupação temporária; requisição administrativa; tombamento; servidão; desapropriação;
- f) Atos administrativos: fatos e atos da administração; conceito; produção de efeitos jurídicos; atributos; elementos; discricionariedade e vinculação; classificação; atos administrativos em espécie; extinção do ato administrativo;
- g) Licitação: conceito; princípios; obrigatoriedade; dispensa e inexigibilidade; modalidades e procedimentos (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão); anulação; revogação; recursos administrativos;
- h) Contrato administrativo: conceito; espécies; vigência e eficácia; prazo de duração; formalização do contrato; execução e inexecução do contrato; cláusulas exorbitantes; revisão e rescisão; sanções penais; recursos administrativos;

- i)** Administração Indireta: descentralização e desconcentração; entidades da administração indireta; privilégios das autarquias e das fundações; natureza jurídica dos bens das entidades da administração indireta, agências (executiva e reguladora); controle administrativo ou tutela da administração indireta;
- j)** Processo administrativo federal (Lei n.º 9.784/1999);
- l)** Servidores públicos: conceito; agentes públicos; cargo, emprego e função; normas constitucionais; regime jurídico dos servidores – Lei n.º 8.112/1990 e alterações posteriores;
- m)** Responsabilidade civil do estado: evolução; direito brasileiro; excludentes e atenuantes da responsabilidade; responsabilidade pelos atos legislativos e judiciais; reparação do dano;
- n)** Controle da Administração Pública: conceito e espécies (Administrativo, Legislativo e Judicial).

3. DIREITO CIVIL (PARTE GERAL)

- a)** Das pessoas naturais: da personalidade e da capacidade; dos direitos da personalidade; da ausência; da extinção da pessoa natural; da curadoria dos bens do ausente; da sucessão provisória; da sucessão definitiva;
- b)** Das pessoas jurídicas: capacidade; extinção; das associações; das fundações;
- c)** Do domicílio;
- d)** Dos bens: conceito e classificação;
- e)** Dos fatos jurídicos;
- f)** Do negócio jurídico: da representação; da condição, do termo e do encargo; dos defeitos dos negócios jurídicos; da invalidade do negócio jurídico;
- g)** Dos atos ilícitos;
- h)** Da prescrição e da decadência.

4. DIREITO PENAL (PARTE GERAL)

- a)** Princípios do Direito Penal;
- b)** Da aplicação da lei penal;
- c)** Do crime;
- d)** Da imputabilidade penal;
- e)** Do concurso de pessoas;
- f)** Das penas: das espécies de pena; da cominação das penas; da aplicação das penas; da suspensão condicional da pena; do livramento condicional; dos efeitos da condenação; da reabilitação;
- g)** Das medidas de segurança;
- h)** Da ação penal;
- i)** Da extinção de punibilidade.

5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- a)** Princípios gerais do direito processual civil;
- b)** Eficácia da lei processual no tempo e no espaço;
- c)** Interpretação da lei processual;
- d)** Da jurisdição e da ação;
- e)** Das partes e dos procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e de seus procuradores; dos procuradores; da substituição das partes e dos procuradores; do litisconsórcio e da assistência; da intervenção de terceiros;
- f)** Do Ministério Público;
- g)** Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça: da competência; da competência internacional; da competência interna; do juiz; dos auxiliares da Justiça;

- h)** Dos atos processuais: da forma dos atos processuais; do tempo e do lugar dos atos processuais; dos prazos; das comunicações dos atos; das nulidades; de outros atos processuais;
- i)** Da formação, da suspensão e da extinção do processo;
- j)** Do processo e do procedimento: processo de conhecimento; procedimento sumário e ordinário;
- l)** Juizados Especiais: Lei n.º 9.099/1995 e Lei n.º 10.259/2001;
- m)** Mandado de segurança, habeas data, ação popular e ação civil pública.

6. DIREITO PROCESSUAL PENAL

- a)** Princípios gerais do direito processual penal;
- b)** Eficácia da lei processual no tempo e no espaço;
- c)** Interpretação da lei processual penal;
- d)** Do inquérito;
- e)** Da ação penal;
- f)** Da ação civil;
- g)** Da jurisdição e da competência;
- h)** Das questões e processos incidentes;
- i)** Da prova;
- j)** Do juiz, do ministério público, do acusador, do defensor, dos assistentes técnicos e auxiliares da Justiça;
- l)** Da prisão e da liberdade provisória;
- m)** Das citações e intimações;
- n)** Da sentença.

7. DIREITO TRIBUTÁRIO

- a) Do Sistema Tributário Nacional – Princípios Gerais Constitucionais;
- b) Das limitações ao Poder de Tributar;
- c) Dos Impostos da União.

Aracaju/SE, 04 de agosto de 2011.

Sandra Cristina M. Silveira Machado
Presidente da Comissão

Willams Nóia Ribeiro
Membro

Sônia Denise de O.Mitidieri
Suplente

Ana Paula Soares
Membro